

## Sob risco de judicialização, Câmara aprova texto-base da MP que abre caminho privatizar Eletrobras

A Câmara aprovou nesta segunda-feira (21), por 258 votos a favor e 136 contrários, o texto-base da medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras. A proposta, porém, é alvo de questionamentos, que devem parar na Justiça.

Agora os deputados vão analisar os destaques –sugestões de mudanças pontuais no texto. Se não for aprovada até esta terça, a MP perde a validade. Após o aval da Câmara, o projeto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O avanço do aval para a privatização da Eletrobras representa uma vitória da agenda do ministro Paulo Guedes (Economia). Para isso, porém, o governo teve que ceder à pressão de con-

gressistas e empresas do setor de energia. A desestatização da companhia é uma das principais prioridades de Guedes, que ainda não conseguiu destravar seu plano de vender empresas públicas.

A discussão da privatização da Eletrobras começou durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), que não conseguiu aprovar a medida no Congresso.

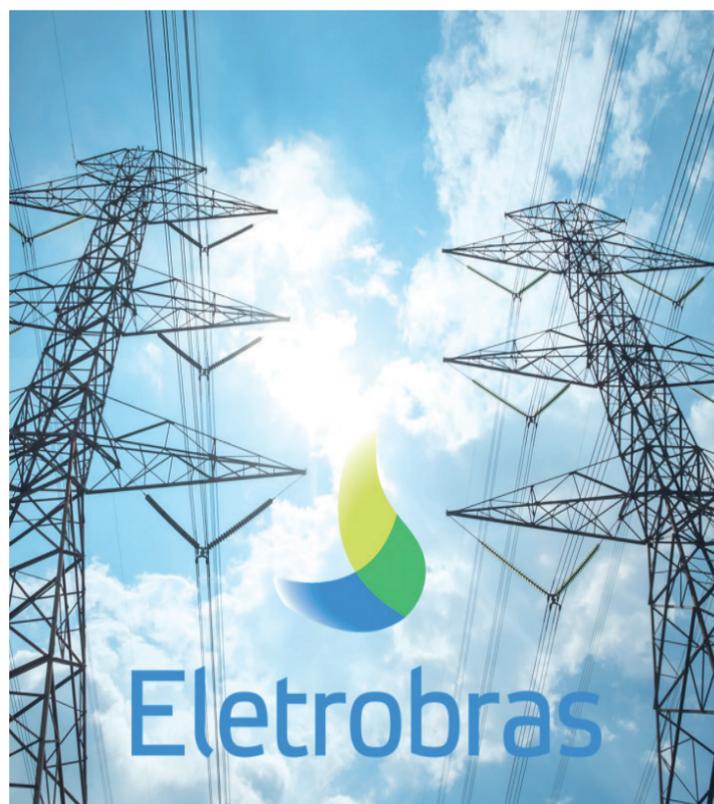
O objetivo inicial da medida provisória era possibilitar o aumento de capital da Eletrobras por meio da diluição da participação da União no controle da empresa. A ideia era que a companhia lançasse ações com direito a voto (ordinárias), diminuindo para cerca de 45% a fatia que a União tem hoje na elétrica. A MP permite ainda que a União

faça uma oferta secundária de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

No entanto, tanto na Câmara como no Senado o texto ganhou vários jabutis (mudanças que não estavam na versão original da proposta) que, segundo a União pela Energia, que reúne entidades do setor elétrico, poderão ter um custo de até R\$ 84 bilhões, além de piorar a percepção de segurança jurídica entre investidores. O governo, no entanto, diz que, apesar dos jabutis, haverá redução no preço de energia e chama a proposta de uma modernização no setor elétrico.

O principal jabuti e que corre risco de judicialização está no mesmo parágrafo que estabelece o aumento de capital da Eletrobras.

Danielle Brant/Folhapress



### Economia



**Projeto exige que empresa pague dívida com a União antes de aumentar tarifa**

Página - 03

**CNC aponta melhorias no mercado de trabalho e retomada no consumo**

Página - 03



**Em um mês, Marfrig conquista dona de Sadia e Perdigão, e JBS sinaliza criar uma 'Seara' no exterior**

Página - 08

**Buser está mais próxima de entrar para bolsa de valores americana**

Página - 08



**Reformas administrativa e tributária e BR do Mar: veja situação de projetos travados do governo**

Página - 04

**Casa Civil faz balanço dos 900 dias do governo Bolsonaro**

Página - 04

## No Mundo

### EUA anunciam mais 14 milhões de vacinas contra Covid para Brasil e outros países da América Latina



O governo americano anunciou nesta segunda-feira (21) o envio de mais 14 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 para o Brasil e outros países da América Latina. O compartilhamento será feito, mais uma vez, via Covax, iniciativa vinculada à Organização Mundial da Saúde (OMS) para a distribuição de imunizantes a países em desenvolvimento.

As novas doses se somam aos 6 milhões de vacinas que, no início de junho, a Casa Branca já havia anunciado que iria enviar para a região, número baixo se considerar os 438 milhões de habitantes que vivem nos países latino-americanos e caribenhos.

O Brasil terá que dividir as doses com Argentina, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Guatemala, El Salvador, Honduras, Haiti, República Dominicana, Panamá, Costa Rica e outras nações do Caribe.

O montante é uma fatia dos 80 milhões de vacinas que o presidente americano, Joe Biden, anunciou que enviaria a outros países do mundo nas próximas semanas. Em 3 de junho, a Casa Branca havia divulgado os detalhes de compartilhamento de 25 milhões de doses – 6 milhões delas para a América Latina – e, agora, deu o roteiro para o destino das outras 55 milhões.

As doses são do escopo dos três imunizantes já apro-

vados para uso nos EUA – Pfizer, Moderna e Johnson & Johnson –, enquanto os fármacos da AstraZeneca ainda precisam do aval da FDA, agência reguladora americana, para serem compartilhado com os outros países.

Assim como no primeiro anúncio, o Brasil vai receber os imunizantes apenas via Covax, e não está na lista das nações para as quais os EUA enviarão vacinas também em compartilhamento direto. Entre os países que vão receber doses também no formato das doações bilaterais estão Argentina, Colômbia, República Dominicana, Panamá, Afeganistão, África do Sul, Nigéria, Gana, entre outros.

Marina Dias/Folhapress

### Irã: política externa não se limitará a acordo nuclear

O presidente eleito do Irã, Ebrahim Raisi, disse nesta segunda-feira (21) que a política externa de seu país não se limitará ao acordo nuclear de 2015 com potências mundiais. Ele concedeu a primeira entrevista coletiva desde que venceu a eleição de sexta-feira (18).

Raisi, de 60 anos, linha-dura e crítico do Ocidente, assumirá o lugar do pragmático Hassan Rouhani em agosto, no momento em que o Irã tenta preservar o acordo nuclear fragilizado e se livrar das sanções impostas pelos Estados Unidos, que levam a uma retração econômica acentuada.

“Nossa política externa não será limitada ao acordo nuclear”, disse, em Teerã, o presidente eleito. “Teremos interação com o mundo. Não ataremos os interesses do povo iraniano ao acordo nuclear.”

Tanto autoridades iranianas quanto ocidentais dizem que a ascensão de Raisi dificilmente alterará a postura de seu país nas conversas para ressuscitar o pacto – o líder supremo, aiatolá Ali Khamenei, tem a palavra final de todas as principais políticas.

Ebrahim Raisi também disse que os EUA violaram o acordo e que a União Europeia não cumpriu seus compromissos.

“Peço aos Estados Unidos que retomem o compromisso com o acordo; todas as sanções impostas ao Irã precisam ser suspensas e verificadas por Teerã”, disse.

Negociações ocorrem em Viena desde abril para determinar como o Irã e os EUA podem voltar a obedecer o pacto, que o então presidente norte-americano Donald Trump abandonou em 2018, restabelecendo sanções ao regime em seguida.

Reuters/ABR



### Bachelet pede ação unificada diante de violações de direitos humanos



Alta comissária para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Michelle Bachelet, pediu ontem (21) um esforço concertado diante dos “maiores e mais graves retrocessos” dos direitos humanos que já se viu.

“Para nos recuperarmos dos maiores e mais graves retrocessos dos direitos humanos jamais vistos, devemos ter uma visão de mudança e uma ação concertada” para aplicar, disse Bachelet em discurso aos membros do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, que iniciou ontem sua 47.ª sessão.

“Precisamos de sociedades que, embora diversas, partilhem compromissos fundamentais para reduzir as desigualdades e fazer avançar todos os direitos humanos”, afirmou a ex-presidente chilena.

Em relação aos abusos cometidos no mundo, ela se declarou “profundamente perturbada” pelas “graves violações” dos direitos humanos na região etíope do Tigray, onde a situação humanitária é “terrível” com mais de 350 mil pessoas em risco de fome.

A alta comissária denunciou abusos contra os civis “de todas as partes no conflito” e enumerou execuções

extrajudiciais, detenções arbitrárias, violências sexuais contra adultos e crianças, assim como deslocamentos forçados.

“Relatos credíveis indicam que soldados eritreus continuam a atuar no Tigray e a perpetrar violações dos direitos humanos e da lei humanitária”, afirmou.

Bachelet disse ainda esperar conseguir este ano um “acesso significativo” à região chinesa do Xinjiang, sobre a qual “continuam a aparecer informações sobre graves violações dos direitos humanos”.

RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Projeto exige que empresa pague dívida com a União antes de aumentar tarifa



Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados quer obrigar concessionárias e prestadoras de serviços públicos a comprovar que não têm dívidas com a União para poder reajustar tarifas.

A proposta do deputado Elias Vaz (PSB-GO) foi protocolada na quinta-feira (17). Ele decidiu redigir o texto após levantamento de dívidas ativas de concessionárias de serviços públicos com a União. Os dados foram obtidos na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

No projeto, o deputado propõe incluir na lei que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos o dispositivo obrigando as empresas a

comprovarem a regularidade fiscal antes de terem os reajustes homologados.

A medida poderá ser aplicada a companhias aéreas, telefonia, energia elétrica, gás e rodovias, entre outros.

Hoje, a exigência de situação fiscal regularizada já existe para empresas que participam de licitações que envolvam concessão ou permissão. Com a proposta, seria criada a exigência também no momento do reajuste tarifário.

No projeto, ele citou especificamente a situação tributária das quatro maiores operadoras de telefonia e internet do país: Claro, Vivo, Tim e Oi.

Juntas, as companhias têm cerca de R\$ 6 bilhões em débitos inscritos na dívida ativa da União.

O maior passivo é o da Claro, segundo o levantamento obtido pelo deputado: R\$ 2,1 bilhões. Vivo vem a seguir, com R\$ 1,7 bilhão, enquanto a Tim tem R\$ 1,1 bilhão e a Oi, R\$ 1 bilhão.

“Isso fere o interesse do país. Só essas quatro empresas devem R\$ 6 bilhões”, criticou Vaz. “O estado brasileiro precisando de dinheiro, porque nós temos problema sério fiscal, e quatro empresas dando desfalque de R\$ 6 bilhões no Orçamento da União.”

A ideia, disse Vaz, é obrigar as empresas a andarem em dia. “Uma das formas é doer no bolso. Se a gente trava essa possibilidade de reajuste da tarifa, a gente entende que vai obrigá-las a não ficarem inadimplentes.”

Danielle Brant/Folhapress

## Saiba como economizar na conta de luz de apartamentos e condomínios

O custo da energia elétrica, que atualmente está na bandeira mais cara, ficará ainda mais alto no próximo mês. A Aneel informou que deve haver um aumento de mais de 20% somado à bandeira tarifária vermelha patamar 2 já acionada no mês de junho. Em condomínios e apartamentos, dicas de economia de energia podem ajudar a diminuir o valor na conta de luz do final do mês.

A motivação do reajuste é o baixo nível dos reservatórios de água que faz com que seja necessário acionar as usinas térmicas para a geração de energia, o que traz o aumento da tarifa cobrada sobre a conta de luz e pesa no bolso do consumidor.

Antes mesmo de mudar hábitos, a tentativa de diminuir os gastos com energia dentro de casa pode começar na hora de adquirir eletrodomésticos ou outros aparelhos eletrônicos.

“Os equipamentos hoje em dia são muito mais eficientes em termos de consumo, mas é algo que muitos brasileiros não se atentam na hora de comprar”, explica Rodrigo Freire, CEO da energytech Holu.

Freire destaca a impor-

tância de optar por produtos que tenham o selo de eficiência energética do Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), verificando os que consomem menos energia.

Com os aparelhos em casa, é importante buscar utilizá-los fora do intervalo das 17h30 às 21h, considerado o horário de pico, e desligá-los da tomada sempre que não estiverem sendo utilizados. Muitos equipamentos, como microondas e ventiladores portáteis, possuem display de horário ou luz e seguem gastando energia mesmo fora do momento de uso.

Nos meses mais frios, o aquecedor está entre os maiores consumidores de energia, podendo ser responsáveis por um terço do gasto de luz. A orientação é utilizá-lo com portas e janelas fechadas e evitar deixá-lo ligado por longos períodos.

A Aneel orienta que as pessoas tomem banhos mais curtos com temperatura não tão altas, já que o chuveiro elétrico também é um dos eletrodomésticos que mais usam energia. Trocar os chuveiros mais antigos por modelos mais modernos também pode ajudar.

Gabriela Bonin/Folhapress

## CNC aponta melhorias no mercado de trabalho e retomada no consumo



O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado hoje (21) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ficou em 67,5 pontos, revelando alta de 2,1% em junho, considerando o ajuste sazonal. De acordo com a CNC, apesar do aumento, esse foi o menor nível desde agosto de 2020 (66,2 pontos) e o pior junho da série histórica iniciada em 2010. Em comparação a junho do ano passado, o ICF baixou 2,6%.

A economista da CNC responsável pela pesquisa, Catarina Carneiro da Silva, disse a Agência Brasil que todos os indicadores tiveram crescimento. “Todos eles co-

laboraram de alguma forma”. Apontou que as famílias registraram expectativas positivas sobre o mercado de trabalho tanto no curto quanto no longo prazo, o que permitiu a retomada no consumo. O ICF de junho repetiu o número obtido em maio, mas teve uma melhora em função do ajuste sazonal, explicou a economista. Catarina chamou a atenção para a parte do emprego, que foi o maior indicador do mês. “Tanto o emprego atual, como em perspectiva profissional tiveram aumento”.

Segundo ela, isso tem a ver com os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) que estão vindo positivos nos últimos meses. “Isso está animando os consumidores e a

renda atual também, que teve crescimento com o auxílio emergencial, que está sendo disponibilizado e está amenizando as dificuldades das famílias, incentivando o consumo”.

O indicador de renda atual cresceu 1,5% no mês, mesmo atingindo seu menor nível histórico (74,2 pontos). Por outro lado, o indicador de perspectiva de consumo (64,3 pontos), que apresentou o maior avanço em junho (+6,5%), teve redução na percepção de menor expectativa de compra (56,9 pontos). Enquanto isso, o indicador de emprego atual permaneceu como o maior índice do mês (86,4 pontos), seguido por perspectiva profissional, com 76,3 pontos. ABR

## Política

### Relator admite estratégia para evitar eventual veto de Bolsonaro a jabutis na MP da Eletrobras



**R**elator da medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras admitiu nesta segunda-feira (21) que a inclusão da previsão de contratação futura de usinas térmicas no mesmo parágrafo que trata do ponto central da desestatização foi “mais ou menos” uma estratégia para evitar um eventual veto do presidente Jair Bolsonaro.

O parágrafo tem mais de 650 palavras. A Constituição estipula que o veto parcial somente pode abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. Ou seja, se Bolsonaro quisesse vetar o trecho que traz uma reserva de mercado para térmicas e pequenas centrais hidrelétricas, teria que vetar o aumento de capital da em-

presa, o principal objetivo da medida provisória.

O deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) concedeu entrevista na tarde desta segunda antes do início da votação da medida provisória da Eletrobras, que precisa ser votada até esta terça (22) para não perder a validade.

Questionado sobre se o extenso parágrafo que trata das concessões de termelétricas tinha objetivo de evitar um veto de Bolsonaro, o deputado respondeu: “mais ou menos. Mais ou menos fica mais assegurado que a vontade do congresso vai prevalecer neste assunto”.

Durante a sessão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o parágrafo extenso é permitido pelo regimento da Casa.

De acordo com a MP, a privatização se dará da seguinte

forma: haverá um aumento do capital social da Eletrobras pela emissão de ações ordinárias (com direito a voto), de forma a diluir a participação da União na empresa.

Assim, a União, que hoje tem a maioria das ações ordinárias da Eletrobras, passará a ser minoritária, em torno de 45%. A MP permite ainda que a União faça uma oferta secundária de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

Para tentar aprovar a MP ainda nesta segunda, Nascimento excluiu dois pontos da proposta aprovada pelo Senado na semana passada.

No Senado, o governo teve que ceder à pressão de bancadas estaduais e lobby de setores de energia para conseguir aprovar a medida provisória, em votação apertada.

Danielle Brant/Folhapress

### Casa Civil faz balanço dos 900 dias do governo Bolsonaro

**O** governo federal divulgou, por meio da Casa Civil, um balanço dos 900 dias de governo, com destaque para as ações desenvolvidas nos últimos 100 dias, em especial para as ações de combate à pandemia, o que inclui o apoio dado à população por meio do auxílio emergencial.

De acordo com o balanço, mais de 110 milhões de doses de vacinas contra a doença já foram enviadas a todos os estados, “o que coloca o país em quarto lugar no ranking mundial de países que mais aplicam vacinas contra a covid-19”. A expectativa reiterada pela pasta é de que “até o fim do ano, todos os brasileiros, que assim o desejarem, serão vacinados”.

Coube à Casa Civil coor-

denar reuniões de apoio a estados e municípios na logística de distribuição de oxigênio medicinal para unidades de atendimento à saúde, distribuindo em 2021, por meio do Plano Oxigênio Brasil, cerca de 500 mil metros cúbicos de oxigênio para estados e municípios. Foram autorizados mais de 24 mil leitos de UTIs e outros 3.900 de suporte ventilatório pulmonar. Além disso, acrescenta a Casa Civil, foram distribuídas 3,6 milhões de unidades de medicamentos de Intubação Orotraqueal (IOT) e foi zerada a tarifa de importação sobre itens essenciais ao combate à covid-19, lista que contém 628 itens, entre medicamentos e vacinas, além de equipamentos hospitalares e itens de higiene pessoal.

ABR



### Reformas administrativa e tributária e BR do Mar: veja situação de projetos travados do governo



**P**ropostas consideradas prioritárias pelo governo no início do ano ainda não foram destravadas apesar da ampliação da base governista no Congresso, que está sob comando de aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Em fevereiro, foram eleitos, com apoio de Bolsonaro, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Logo depois, o governo enviou a eles uma lista com as pautas consideradas mais importantes.

De 17 projetos econômicos, 8 seguem travados. Não foram votados pelo plenário de nenhuma das Casas até o momento.

Entre eles, estão as medidas estruturantes colocadas como pilares da gestão do ministro Paulo Guedes (Economia). Ainda não há previsão para votação da reforma administrativa (que muda regras no funcionalismo público). A reforma tributária, por sua vez, não avançou e aguarda o envio de propostas pelo governo.

Também está travada a criação da BR do Mar, iniciativa que busca reduzir a dependência do transporte rodoviário no país e ampliar a navegação entre portos nacionais (cabotagem).

Quatro propostas ainda dependem do aval de uma das Casas, sendo que uma delas é

uma MP (medida provisória) que abre caminho para a privatização da Eletrobras, a ser votada nesta segunda-feira (21) pela Câmara.

Cinco itens da lista já foram aprovados, como a nova lei do gás e a que concede autonomia ao Banco Central.

Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar o desempenho da agenda econômica no Congresso.

Reservadamente, auxiliares de Guedes afirmam que certas pautas prioritárias enfrentam dificuldades mesmo com a presença de aliados do governo no comando do Congresso. É o caso das novas regras para ferrovias.

Thiago Resende/Folhapress

## Petróleo sobe, com câmbio e dificuldades na negociação entre Irã e potências

Os contratos futuros de petróleo oscilaram perto da estabilidade no início do dia, mas ganharam impulso e fecharam em alta nesta segunda-feira, 21. Além da ajuda do dólar mais fraco, a commodity foi beneficiada pelas dificuldades nas negociações entre o Irã e potências, o que pode dificultar o retorno de mais barris do país persa aos mercados, com a perspectiva para a demanda também no radar.

O petróleo WTI para agosto fechou em alta de 2,57% (US\$ 1,83), em US\$ 73,12 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para o mesmo mês subiu 1,89% (US\$ 1,39), a US\$ 74,90 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

No câmbio, o dólar mais fraco, em meio a discursos do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), tornou a commodity mais barata para os detentores de outras moedas. Além disso, a eleição de Ebrahim Raisi como presidente do Irã e o avanço modesto nas negociações sobre o acordo nuclear com as potências impactam positivamente o preço do petróleo, avalia o Brown Brothers Harriman, já que “provavelmente” isso reduzirá a oferta da commodity iraniana aos mercados globais.

O Commerzbank lembra que Raisi já fez críticas públicas ao acordo nuclear entre o Irã e as potências, mas complementa que seu governo se beneficiaria dele, com a perspectiva da retirada de sanções econômicas. Para o banco alemão, um governo Raisi não deve trazer melhora na segurança do Oriente Médio, o que tende a apoiar o preço da commodity no médio prazo.

IstoéDinheiro

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>	601	1.599			40.987	28.428
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.025	(2.367)	(2.520)	40.987	28.428
Adiantamentos a fornecedores	422	298	-	(3.966)	-	-
Despesas antecipadas	178	276	43.350	34.915	(124)	22
Impostos a recuperar	1	-	40.983	28.429	98	(57)
<b>Não circulante</b>	330.998	308.944	4	(1)	-	51
Partes relacionadas - ativo	132.496	153.792	40.983	28.428	(37)	277
Investimentos	198.498	155.148	40.987	28.428	(1)	5
Impostos a recuperar NC	4	4	40.987	28.428	2	14
<b>Total do ativo</b>	331.599	310.543			40.924	28.736
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
<b>Circulante</b>	270	306				
Fornecedores	240	277				
Obrigações tributárias	9	10				
Obrigações trabalhistas	21	19				
<b>Não circulante</b>	178.189	198.084				
Partes relacionadas - passivo	178.189	198.084				
<b>Patrimônio líquido</b>	153.140	112.153				
Capital social	1	1				
Reserva de lucros	153.139	112.152				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	331.599	310.543				
<b>Despesas operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas						
Outras despesas, líquidas						
Resultado com equivalência						
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>						
Resultado financeiro líquido						
<b>Lucro líquido do exercício</b>						
<b>Lucro líquido por ação (Em R\$)</b>						
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>						
Lucro líquido do exercício						
Total do resultado abrangente do exercício						
Total do resultado abrangente atribuível aos:						
Acionistas						
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>						
Lucro líquido/ (Prejuízos) acumulados						
Capital social						
Reserva de lucros						
<b>Total</b>						
<b>Saldos em 1º/01/2019</b>						
Lucro líquido do exercício						
Constituição de reserva de lucros						
<b>Saldos em 31/12/2019</b>						
Lucro líquido do exercício						
Constituição de reserva de lucros						
<b>Saldos em 31/12/2020</b>						

## Arrecadação cresce no DF e em 25 estados, diz Tesouro



A arrecadação ao longo dos primeiros quatro meses de 2021 (janeiro a abril) subiu em 25 estados e no Distrito Federal, na comparação com o mesmo período do ano passado. Apenas o Espírito Santo não registrou crescimento de receita. Os dados constam no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com foco nos estados e DF, divulgado nesta segunda-feira (21) pelo Tesouro Nacional.

Segundo o relatório, as maiores altas de arrecadação do primeiro quadrimestre ocorreram em Roraima (31%), Rio Grande do Norte (27%), Piauí (25%), Goiás (24%), Sergipe (24%), Alagoas (23%) e Mato Grosso (23%).

Em relação às despesas, também houve crescimento, mas em 21 das unidades da federação. Os maiores crescimentos foram registrados no Maranhão (32%) e Amapá (23%). Nestes dois estados, inclusive, as despesas supe-

raram o crescimento das receitas, que foram 19% e 7%, respectivamente.

O relatório aponta que houve redução ou estabilidade das despesas em 6 estados, na comparação entre o primeiro quadrimestre deste ano e o mesmo período do ano passado. A maior queda na despesa ocorreu no Espírito Santo (-10%), seguido de São Paulo (-6%), Rio Grande do Sul (-3%) e Alagoas (-1%). No Tocantins e no Paraná, as despesas ficaram estáveis (crescimento zero) entre os dois períodos comparados.

A publicação também apresentou o resultado orçamentário dos estados, que corresponde à diferença entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). No primeiro quadrimestre de 2021, a mediana do resultado orçamentário dos estados ficou em 20%. No mesmo período de 2020, a mediana havia sido de 14% da RCL.

Pedro Rafael Vilela/Folhapress

## Juros recuam com correção técnica, queda do dólar e IPCA de 2022 na Focus

Os juros futuros começaram a semana em queda em toda a curva, mais pronunciada nos vértices longos, configurando uma desinclinação mais saudável. O mercado passou por uma correção dos excessos de prêmios adicionados no fim da semana passada pela leitura das mensagens do Comitê de Política Monetária (Copom) e do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), autorizada nesta segunda-feira pelo recuo do dólar, ambiente externo tranquilo e pela mediana das estimativas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2022 no Boletim Focus, que parou de piorar.

A manutenção da projeção em 3,78% foi vista como efeito direto do comunicado do Copom, que alertou para o risco de uma ação mais tempestiva em caso de deterioração das projeções de inflação no horizonte relevante. Resta saber se o movimento vai resistir à ata da reunião, que o Banco Central divulga na terça-feira, 22, e que deverá dar mais detalhes sobre o plano de voo.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 fechou a sessão regular a 5,580%, de 5,631% no ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2023 passou de 7,238% para 7,11%. O DI para janeiro de 2025 encerrou em 8,19%, de 8,355% e a do DI para janeiro de 2027, a 8,64%, de 8,823%.

As mínimas foram atingidas no período da tarde, quando os DIs mais longos chegaram a recuar perto de 20 pontos-base, levando os níveis de inclinação para próximo do que se via antes do Copom. Na sexta-feira, houve estresse na curva, com zeragens de posições vendidas e movimentos de travas nas NTN-B e hoje o clima foi distensionado. O dólar se enfraqueceu de forma generalizada na esteira de discursos mais suaves de membros do Federal Reserve e, à tarde, pelo otimismo em relação à negociação do pacote de infraestrutura. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, terá uma reunião nesta segunda-feira com parlamentares americanos sobre o tema.

IstoéDinheiro



# Publicidade Legal

## Dólar tem baixa com discursos de dirigentes do Fed e cai a R\$ 5,02

O real teve um dia de recuperação no mercado de moedas nesta segunda-feira, após a desvalorização ante o dólar na semana passada. O fator principal para a melhora foi a queda da moeda americana nesta segunda no exterior, em meio ao reforço de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de que a política monetária segue sem mudanças por mais algum tempo. Declarações da presidente da regional de St. Louis, James Bullard, tiveram repercussão ainda maior, na medida em que ele moderou o tom do que havia falado na sexta-feira, quando previu alta de juros ao final de 2022.

No mercado doméstico, um saldo forte da balança comercial em junho e a perspectiva de votação na Câmara hoje da MP que abre caminho para a privatização da Eletrobras também ajudaram o câmbio, em meio a relatos de entrada de fluxo e volta do desmonte de posição contra moeda brasileira no mercado futuro, após o reforço da semana passada.

Após bater máxima a R\$ 5,08 mais cedo, o dólar fechou mais perto das mínimas, cotado em R\$ 5,0227, em queda de 0,91%. No mercado futuro, o dólar com liquidação em 1º de julho, cedia 1,43% às 17h42, em R\$ 5,0230.

Bullard declarou nesta segunda que pode os dirigentes do Fed “estão apenas no início” do processo de discutir a gradual redução nas compras de títulos (“tapering”) e ainda “levará algum tempo” até esse processo ser estabelecido e colocado em andamento. O dirigente não vota este ano nas reuniões de política monetária, mas na sexta-feira estressou os mercados ao falar da possibilidade de alta de juros já ao final de 2022, enquanto a maioria do Fed prevê em 2023.

IstoÉDinheiro

**Life Park Guarulhos Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
CNPJ/ME nº 09.146.503/0001-44 – NIRE 35.221.771.513  
**Ata de Reunião de Sócios**

**1. Data, hora e local:** Em 17/06/2021, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, na Rua João Lourenço nº 432, sala 35, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de sócios representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente, **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os sócios tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade: 4.1. Aprovar, com fundamento no artigo 1.082, incisos I e II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 12.577.352,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 12.577.352 quotas, todas de propriedade da sócia **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 4.2. Passando o capital social de R\$ 12.578.352,00 para R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas. 4.3. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar os documentos necessários à restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados, assim como publicar esta ata, contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos, após o quê, os sócios arquivarão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 17/06/2021. **Mesa:** **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária.

**Kallas Liberdade Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
CNPJ/ME nº 09.146.492/0001-00 – NIRE 35.221.772.994  
**Ata de Reunião de Sócios**

**1. Data, hora e local:** Em 17/06/2021, às 10h00, na sede da Sociedade, na Rua João Lourenço nº 432, sala 31, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de sócios representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os sócios tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade: 4.1. Aprovar, com fundamento no artigo 1.082, inciso I e II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 1.560.923,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 1.560.923 quotas, todas de propriedade da sócia **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 4.2. Passando o capital social de R\$ 1.561.923,00 para R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas. 4.3. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados acima, assim como publicar esta ata, contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos do Código Civil, após o quê, os sócios arquivarão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 17/06/2021. **Mesa:** **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária.

**Interplayers Soluções Integradas S.A.**  
CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07 – NIRE 35.300.455.339  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2021**

**1. Data, hora e local:** Dia 15/04/2021, às 10:00 horas, na sede social da “Companhia”, na Avenida Engenheiro Eusebio Stevaux, nº 1566, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Convocação feita por e-mail enviado aos Conselheiros pelo Presidente do Conselho na data de 09/04/2021, conforme previsto no artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. Presentes todos os Membros Efetivos conforme as assinaturas lançadas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; Secretária: **Cristiane Aparecida Ribeiro Galdino**. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre: a) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; b) demais assuntos do interesse da Companhia; **5. Deliberações:** Os conselheiros presentes, deliberaram por unanimidade: a) a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia: Srs. **(i) Arnaldo José Lewis e Sá Filho**, registrado no CRA-SP sob nº 81.998, RG nº 8.748.651-57, SSP/RS e CPF/MF nº 404.464.170-68, para o cargo de **Diretor Presidente**; **(ii) Carlos Alberto de Castro Dutra**, RG nº 7.925.798-2, SSP/PR e CPF/MF nº 425.685.100-30, para o cargo de **Diretor**; **(iii) Rodrigo Melo Galesi**, RG nº 27.639.647-9 SSP/SP e CPF/MF nº 177.566.168-71, para o cargo de **Diretor sem designação específica**, mas que se denominará, para fins internos, de **Diretor de Produtos e Tecnologia (CTO)**; **(iv) José Ricardo Vasconcelos de Moraes**, RG nº 8.748.086-4, SSP/SP e CPF/MF nº 024.919.398-19, para o cargo de **Diretor sem designação específica**, mas que se denominará, para fins internos, de **Diretor Financeiro e Administrativo (CFO)**; e **(v) Bruna Alves Silvestro Franco**, RG nº 33.433.268-0, SSP/SP e CPF/MF nº 311.888.388-06, para o cargo de **Diretora sem designação específica**, mas que se denominará, para fins internos, de **Diretora Comercial**. Os Conselheiros aprovaram que, a partir da presente data, todos os Diretores terão mandato unificado e, portanto, permanecerão em seus cargos até a deliberação dos membros do Conselho de Administração que forem eleitos pela Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2021. Os Diretores eleitos nesta data, conforme aplicável (i) declaram, sob as penas da lei, ter conhecimento das disposições do Artigo 147 da Lei 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada, preencher os requisitos legais para integrar a administração da Companhia e não estarem impedidos de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (ii) foram investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura dos Termos de Posse, conforme assinatura e arquivo em seu livro próprio, na sede da Companhia. b) Assuntos gerais de interesse da Companhia. c) a Diretoria da Sociedade proceder à lavratura e publicação da presente Ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos dos §§ 1º e 3º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos e, após lida a presente ata, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram os seus termos. Assinaturas: **Mesa:** **Arnaldo José Lewis e Sá Filho** – Presidente; **Cristiane Aparecida Ribeiro Galdino** – Secretária. **Conselheiros Presentes:** **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**, **José Carlos Masagão** e **Paulo Sérgio Caputo**. São Paulo, 15/04/2021. JUCESP – Registrado sob o nº 278.950/21-8 em 16/06/2021. **Gisela Simiema Ceschin** – Secretária Geral.

**Premmio Vila Nova Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
CNPJ/ME nº 09.146.508/0001-77 – NIRE 35.221.716.954  
**Ata de Reunião de Sócios**

**1. Data, hora e local:** Em 17/06/2021, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, na Rua João Lourenço nº 432, sala 28, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de sócios representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente, **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os sócios tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade: 4.1. Aprovar, com fundamento no artigo 1.082, incisos I e II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 3.700.000,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 3.700.000 quotas, todas de propriedade da sócia **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 4.2. Passando o capital social de R\$ 4.382.831,00 para R\$ 682.831,00, dividido em 682.831, quotas. 4.3. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar os documentos necessários à restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados acima, assim como publicar esta ata, contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos, após o quê, os sócios arquivarão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 17/06/2021. **Mesa:** **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária.

**PKA Osasco Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
CNPJ/ME nº 19.434.352/0001-83 – NIRE 35.228.086.824  
**Ata de Reunião de Sócios**

**Data, Horário e Local:** 25/05/2021, às 10:00 hs., na sede da sociedade, na Rua João Lourenço, nº 432, sala 43, São Paulo-SP. **Presença:** sócias representando a totalidade do capital social. **Convocação:** dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos sócios, conforme faculta a Cláusula 8ª do Contrato Social. **Mesa:** Presidente, Sr. **Thiago Esper Kallas**; Secretário, Sr. **Valter Rabotzke Junior**. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, por este encontrar-se excessivo em relação ao objeto social. **Deliberações:** observado o disposto em lei, a totalidade dos sócios aprovou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a redução do capital social da Sociedade, por este encontrar-se excessivo em relação ao objeto social, sendo que o capital social passará de R\$ 20.900.000,00 para R\$ 5.103.735,32, com uma redução, portanto, de R\$ 15.796.264,68 e o consequente cancelamento de 15.796.265 de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, proporcional à participação de cada sócia no capital social da Sociedade. Em virtude da deliberação ora tomada, as sócias poderão firmar, decorrido o prazo de 90 dias após a publicação da ata da presente reunião de sócios, a alteração do contrato social da Sociedade, a fim de implementar e formalizar a redução de capital ora deliberada. A redução se dará (i) pela restituição de R\$ 12.000.000,00 de recursos às sócias em decorrência das quotas canceladas, (ii) pela redução e baixa de R\$ 1.313.750,42 referente ao capital social da Sociedade não integralizado e (iii) pela quantia de R\$ 2.482.514,26 para saldar os prejuízos acumulados da Sociedade. **Encerramento e aprovação da ata:** terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente ata é lavrada e será publicada na forma de extrato, conforme deliberado pelas sócias e na forma da lei. **Sócias presentes:** **Kallas Incorporações e Construções S.A.** e **Paladin Apima Investors (Brazil) II, LLC**. Assinaturas: **Thiago Esper Kallas** – Presidente; **Valter Rabotzke** – Secretário.

**Montgomery Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
CNPJ/ME nº 12.712.362/0001-94 – NIRE 35.224.813.527  
**Ata de Reunião de Sócios**

**1. Data, hora e local:** Em 17/06/2021, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, na Rua João Lourenço nº 432, sala 23, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de sócios representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente, **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os sócios tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade: 4.1. Aprovar, com fundamento no artigo 1.082, incisos I e II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 12.573.000,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 12.573.000 quotas, todas de propriedade da sócia **Kallas Incorporações e Construções Ltda.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 4.2. Passando o capital social de R\$ 12.574.000,00 para R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas. 4.3. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar os documentos necessários à restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados acima, assim como publicar esta ata, contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos, após o quê, os sócios arquivarão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. 17/06/2021. **Mesa:** **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária.

**High Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
CNPJ/ME nº 12.710.957/0001-00 – NIRE 35.224.813.519  
**Ata de Reunião de Sócios**

**1. Data, hora e local:** Em 17/06/2021, às 10h00, na sede da Sociedade, na Rua João Lourenço nº 432, sala 22, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de sócios representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente, **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os sócios tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade: 4.1. Aprovar, com fundamento no artigo 1.082, inciso I e II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 13.000.000,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 13.000.000 quotas, todas de propriedade da sócia **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 4.2. Passando o capital social de R\$ 21.636.194,00 para R\$ 8.636.194,00, dividido em 8.636.194,00 quotas. 4.3. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar os documentos necessários à restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados acima, assim como publicar esta ata, contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins do artigo 1.084 e seus parágrafos do Código Civil, após o quê, os sócios arquivarão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 17/06/2021. **Mesa:** **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária.

**Interplayers Soluções Integradas S.A.**  
CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07 – NIRE 35.300.455.339  
**Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15/04/2021, às 09:00 horas**

**1. Data, Horário e Local:** Aos 15/04/2021, às 09:00 horas, na sede social da “Companhia”, na Avenida Engenheiro Eusebio Stevaux, nº 1566, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação dos editais de convocação em decorrência de estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social. Presente também o CEO da Companhia, Sr. **Carlos Alberto Dutra**, para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, bem como o representante da auditoria externa contratada, Sr. **Arnaldo José Lewis e Sá Filho** – Presidente; Sr. **Cristiane Aparecida Ribeiro Galdino** – Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre, **(A) em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório de administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2020; (iii) a eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; e **(B) em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2021; e (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. **1. Deliberações:** após a discussão das matérias da Ordem do Dia e prestados os esclarecimentos necessários pelo Diretor Presidente e pelo representante do auditor independente Ernst & Young Auditores Independentes, os Acionistas manifestaram-se por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas e/ou ressalvas, aprovando: **(A) em Assembleia Geral Ordinária:** i. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, que se encontram disponíveis para consulta na sede social da Companhia; ii. a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2020, sendo 5% para a constituição da reserva legal, no montante de **R\$ 448.331,25%** para distribuição como dividendo obrigatório anual aos acionistas, no montante de **R\$ 2.241.653**, ratificando que os dividendos foram distribuídos e pagos antecipadamente em fevereiro/2021, conforme AGE deliberada e o saldo no montante de **R\$ 6.276.629** transferido para a conta de reserva de lucros, na forma do disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 23 do Estatuto Social; iii. a eleição para os cargos de **Membros Efetivos do Conselho de Administração** da Companhia, os Srs. **(i) Arnaldo José Lewis e Sá Filho**, registrado no CRA-SP sob o nº 81.998, RG nº 10.082.651-57, SSP/RS e CPF/MF nº 404.464.170-68; **(ii) José Carlos Penteado Masagão**, RG nº 3.123.487 (SSP/SP) e CPF/MF nº 019.091.698-20; e **(iii) Paulo Sérgio Caputo**, RG nº 414.000 (SSP/SC) e CPF/MF nº 420.174.249-00; e para os cargos de **Membros Suplentes do Conselho de Administração** da Companhia dos Srs. **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**, José Carlos Penteado Masagão e Paulo Sérgio Caputo, respectivamente, os Srs. **(i) Fernando Guerinio Cascardor**, RG nº 12.704.227-1, SSP/SP e CPF/MF nº 047.727.598-24; **(ii) Carlos Alberto de Castro Dutra**, RG nº 7.925.798-2, SSP/PR e CPF/MF nº 425.685.100-30; e **(iii) Bárbara Alvim Raymundo**, RG nº 43.709.374-8 e CPF/MF nº 345.826.028-57, respectivamente. Todos os membros ora eleitos, efetivos ou suplentes, terão mandato unificado de 1 ano a se encerrar na data da Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar os resultados do exercício findo em 31/12/2021. Os Conselheiros ora eleitos declaram que (a) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecida pelo § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (c) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente do cargo de Diretor, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações; e **(B) em Assembleia Geral Extraordinária:** i. A Remuneração Anual da Diretoria para o exercício de 2021 no valor de **R\$ 3.279.948,72**, podendo alcançar o valor de **R\$ 2.033.698,72**, incluindo o plano de remuneração variável. O plano de remuneração apresentado será arquivado na sede da Companhia; ii. a lavratura e a publicação da presente Ata sob a forma de extrato ou sumário dos fatos ocorridos, nos termos dos §§ 1º e 3º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **2. Documentos Arquivados:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos mencionados na presente Assembleia Geral. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata, que após lida, foi assinada todos presentes. **Acionistas Presentes:** **Ória Tech 1 Fundo De Investimentos Em Participações** (p. Paulo Sérgio Caputo), e **Intermarket Empreendimentos e Participações Ltda.** (p. Arnaldo José Lewis e Sá Filho e Carlos Alberto de Castro Dutra); **Ória Tech 1 Fundo de Investimentos em Participações** p. Paulo Sérgio Caputo. JUCESP – Registrado sob o nº 278.949/21-6 em 16/06/2021. **Gisela Simiema Ceschin** – Secretária Geral.

**Sacramento Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
CNPJ/ME nº 12.633.281/0001-07 – NIRE 35.224.733.710  
**Ata de Reunião de Sócios**

**1. Data, hora e local:** Em 17/06/2021, às 10h00, na sede da Sociedade, na Rua João Lourenço nº 432, sala 16, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de sócios representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os sócios tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade: 4.1. Aprovar, com fundamento no artigo 1.082, inciso I e II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 12.000.000,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 12.000.000 quotas, todas de propriedade da sócia **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 4.2. Passando o capital social de R\$ 24.751.988,00 para R\$ 12.751.988,00, dividido em 12.751.988 quotas. 4.3. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados acima, assim como a publicar esta ata, contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos do Código Civil, após o quê, os sócios arquivarão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 17/06/2021. **Mesa:** **Emílio Rached Esper Kallas** – Presidente; **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** – Secretária.

comercial@datamercantil.com.br

**ICGL Empreendimentos e Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 08.692.712/0001-20

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)**

Balanço Patrimonial: Ativo	2020		2019		Balanço Patrimonial: Passivo	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
Circulante	226.183,33	222.614,32	Circulante	885.242,94	549.915,55	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>			
Caixa e Bancos	985,54	1.043,89	Empréstimos e Financiamentos	301.642,14	0,00	Capital social	Lucros acumulados	Total	
Tributos a Compensar	225.197,79	221.570,43	Fornecedores	58.517,99	45.702,63	Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.234.371,34	(2.834.329,91)	12.400.041,43
Não circulante	12.680.585,75	12.611.192,35	Obrigações Fiscais	1.199,07	291,20	Prejuízo do exercício	-	(116.150,31)	(116.150,31)
Realizável a Longo Prazo	953.544,81	882.788,57	Obrigações Sociais	506,90	244,88	Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.234.371,34	(2.950.480,22)	12.283.891,12
Tributos a Recuperar	893.603,40	882.330,08	Obrigações Diversas	523.376,84	503.676,84	Prejuízo do exercício	-	(262.364,98)	(262.364,98)
Depósitos Judiciais	59.941,41	458,49	Patrimônio líquido	12.021.526,14	12.283.891,12	Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.234.371,34	(3.212.845,20)	12.021.526,14
Imobilizado	11.727.040,94	11.728.403,78	Capital social	15.234.371,34	15.234.371,34	<b>Demonstração do Resultado</b>			
Imobilizado	11.727.040,94	11.728.403,78	Lucros Acumulados	(3.212.845,20)	(2.950.480,22)	2020		2019	
Total do ativo	12.906.769,08	12.833.806,67	Total do Passivo e Patrimônio líquido	12.906.769,08	12.833.806,67	Despesas Financeiras	(2.770,01)	(2.078,27)	
<b>Demonstração do Resultado</b>					<b>Demonstração do Resultado</b>				
2020		2019		2020		2019			
Receitas Financeiras	15.545,88	35.251,22	Despesas Administrativas	(268.866,16)	(111.780,39)	Despesas Tributárias	(6.274,69)	(37.542,87)	
Rendimentos Financeiros	830,24	3.041,74	Serviços Tomados PJ	(192.087,22)	(105.672,36)	Despesas Tributárias	(6.274,69)	(37.542,87)	
Variáveis Monetárias	14.715,64	32.209,48	Despesas Gerais	(76.778,94)	(6.108,03)	Resultado Antes do IR e CSL	(262.364,98)	(116.150,31)	
Receitas Financeiras	15.545,88	35.251,22	Despesas Financeiras	(2.770,01)	(2.078,27)	Prejuízo do Exercício	(262.364,98)	(116.150,31)	

Fabio Greco – Diretor Maria da Penha dos Santos – Contador CRC 159.159/0-0 Reconhecemos a exatidão da presente demonstração.



# Publicidade Legal

GLP A Participações Ltda.			
CNPJ/MF nº 20.324.731/0001-08			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Demonstração do Resultado</b>	
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>18,58</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(53.839,61)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	74,85	Lucros/prejuízos acumulados	(53.839,61)
Bancos conta movimento	74,85	<b>Total</b>	<b>1.015,77</b>
Cientes	(56,27)	<b>Demonstração do Resultado</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>997,19</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Investimentos	997,19	<b>Despesas/receitas operacionais</b>	<b>17.305,98 D</b>
Participações societárias	997,19	Despesas/receitas gerais e administrativas	17.305,98 D
<b>Total</b>	<b>1.015,77</b>	Despesas tributárias	169,84 D
<b>Passivo</b>	<b>2020</b>	Impostos e taxas	169,84 D
<b>Circulante</b>	<b>54.855,38</b>	Despesas gerais e administrativas	17.130,92 D
Fornecedores	54.855,18	Despesas gerais	17.130,92 D
Impostos a recolher	0,20	<b>Total</b>	<b>17.305,98 D</b>
		<b>A Diretoria</b>	<b>Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9</b>

GLP D Participações Ltda.			
CNPJ/MF nº 21.532.793/0001-60			
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em reais – R\$)			
<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Demonstração do Resultado</b>	
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>407,01</b>	<b>Passivo</b>	<b>2020</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	407,01	<b>Circulante</b>	<b>7.533,41</b>
Bancos Conta Movimento	407,01	Fornecedores	7.331,85
		Impostos a Recolher	201,56
		<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(7.126,40)</b>
		Capital Social	74.135,09
		Lucros/Prejuízos Acumulados	(81.261,49)
<b>Total</b>	<b>407,01</b>	<b>Total</b>	<b>407,01</b>
		<b>A Diretoria</b>	<b>Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9</b>

GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda.			
CNPJ/MF nº 13.478.471/0001-51			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Demonstração do Resultado</b>	
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>41.199.627,86</b>	<b>Circulante</b>	<b>29.158.056,76</b>
Caixa e equivalentes de caixa	23.753.460,63	Fornecedores	621.987,35
Cientes	6.987.910,75	Lucros ou dividendos a pagar	2.684.548,95
Créditos diversos	10.458.256,48	Empréstimos e financiamentos	11.714.307,23
<b>Não circulante</b>	<b>9.663.259,26</b>	Impostos a recolher	1.215.494,63
Realizável a longo prazo	4.877.082,17	Provisões diversas	12.921.718,60
Imobilizado	3.817.249,03	<b>Não circulante</b>	<b>11.171.997,73</b>
Intangível	968.928,06	Outras provisões e obrigações	11.171.997,73
<b>Total</b>	<b>50.862.887,12</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10.532.832,63</b>
		Capital social	3.636.596,38
		Lucros/prejuízos acumulados	6.896.236,25
<b>A Diretoria</b>	<b>Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9</b>	<b>Total</b>	<b>50.862.887,12</b>
		<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>2020</b>
		<b>Contas de resultado acumulado</b>	<b>2020</b>
		<b>Resultado com prestação de serviços</b>	<b>54.536.419,22 C</b>
		Receita líquida de serviços	54.536.419,22 C
		Receita bruta de serviços	57.307.377,15 C
		Deduções da receita bruta	2.770.957,93 D
		<b>Resultado com vendas bens móveis/imóveis</b>	<b>295.392,59 D</b>
		Resultado bruto	54.241.026,63 C
		Despesas/receitas operacionais	44.423.404,60 D
		Despesas/receitas gerais e administrativas	44.423.404,60 D
		Resultado antes da CSLL/IRPJ e das participações	9.817.622,03 C
		Provisões do período	2.921.385,78 D
		<b>Resultado líquido</b>	<b>6.896.236,25 C</b>

REC Embu das Artes S.A.										
CNPJ/MF nº 12.457.097/0001-45										
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)										
<b>Balancos patrimoniais</b>		<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>				
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>Total</b>				
<b>Circulante</b>	<b>5.648</b>	<b>27.499</b>	<b>Subscrito</b>	<b>A integralizar</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>do exercício</b>	<b>Total</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	762	5.121	<b>124.999</b>	<b>(6.957)</b>	<b>811</b>	<b>1.879</b>	<b>–</b>	<b>120.732</b>		
Títulos e valores mobiliários	–	1.970					5.280	5.280		
Contas a receber	2.443	17.612					–	–		
Impostos e contribuições a compensar	904	1.144			264	–	(264)	–		
Outros ativos circulantes	1.539	1.652				(1.877)	–	(1.877)		
<b>Não circulante</b>	<b>163.294</b>	<b>149.919</b>					(2.777)	(2.777)		
Contas a receber	14.374	–					(2.239)	–		
Títulos e valores mobiliários	2.020	–					–	(98.000)		
Impostos diferidos	–	437					–	–		
Propriedades para investimentos	146.900	149.482					–	–		
<b>Total do ativo</b>	<b>168.942</b>	<b>177.418</b>			<b>1.075</b>	<b>2.241</b>	<b>–</b>	<b>23.358</b>		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>						<b>4.763</b>		
<b>Circulante</b>	<b>11.618</b>	<b>8.153</b>						<b>4.763</b>		
Empréstimos e financiamentos	7.432	6.802						(238)		
Contas a pagar	117	46						(1.131)		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.833	1.178						(1.524)		
Obrigações fiscais	100	127						(1.870)		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	136	–						–		
<b>Não circulante</b>	<b>138.218</b>	<b>145.907</b>						–		
Empréstimos e financiamentos	134.296	142.543						–		
Impostos diferidos	3.922	3.364						–		
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>19.106</b>	<b>23.358</b>						–		
Capital social	13.682	20.042						–		
Reserva de lucros	4.111	2.241						–		
Reserva legal	1.313	1.075						–		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>168.942</b>	<b>177.418</b>			<b>1.313</b>	<b>4.111</b>		<b>19.106</b>		
<b>Demonstração do Resultado</b>		<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto</b>				
<b>Receita líquida</b>	<b>15.526</b>	<b>17.027</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>2020</b>		<b>2019</b>			
Custo dos serviços prestados	(2.630)	(2.630)	Lucro antes do imposto de renda e da CSLL		6.603		6.444			
<b>Lucro bruto</b>	<b>12.896</b>	<b>14.397</b>	Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		6.098		10.663			
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(827)</b>	<b>(509)</b>	Despesa com quitação de empréstimo		–		(2.502)			
Despesas gerais e administrativas	12.069	13.888	Depreciação e amortização		2.630		2.630			
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>12.069</b>	<b>13.888</b>	Ajuste a valor presente de contas a receber		–		(203)			
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(6.382)</b>	<b>(8.439)</b>	Provisão para perdas esperadas de créditos		7		(240)			
Despesas financeiras	916	995	Custo de transação amortizado		24		(240)			
Receitas financeiras	(5.466)	(7.444)	<b>Varição nos ativos operacionais:</b>							
<b>Lucro operacional e antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>6.603</b>	<b>6.444</b>	Contas a receber		788		5.544			
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(995)</b>	<b>(742)</b>	Impostos e contribuições a compensar		240		(238)			
Correntes	(845)	(422)	Fundo de reserva do empréstimo (caução)		(50)		(1.970)			
Diferidos	(95)	(72)	Outros ativos		113		192			
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.763</b>	<b>5.280</b>	<b>A Diretoria</b>		<b>Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9</b>					
Lucro por ação – R\$ – Básico e diluído	0,05	0,05	<b>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</b>							

Sul Real I Participações Ltda.			
CNPJ/MF nº 17.139.641/0001-24			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Demonstração do Resultado</b>	
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>34.659,54</b>	<b>Passivo</b>	<b>2020</b>
Caixa e equivalentes de caixa	34.659,54	(-) Capital a integralizar	(210.600,00)
Bancos conta movimento	172,78	Reservas de capital	1,01
Aplicações financeiras liquidez imediata	34.486,76	Lucros/prejuízos acumulados	(93.863,85)
<b>Não circulante</b>	<b>6.780,42</b>	<b>Total</b>	<b>41.439,96</b>
Investimentos	6.780,42	<b>Demonstração do Resultado</b>	
<b>Total</b>	<b>41.439,96</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
<b>Passivo</b>	<b>2020</b>	<b>Contas de Resultado Acumulado</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.902,80</b>	Despesas/receitas operacionais	21.698,16 D
Fornecedores	5.025,33	Despesas/receitas gerais e administrativas	21.698,16 D
Impostos a recolher	877,47	Despesas tributárias	1.466,49 D
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>35.537,16</b>	Impostos e taxas	180,23 D
Capital social	129.400,00	Outros impostos/taxas/contribuições	1.286,26 D
Capital subscrito	340.000,00	Despesas gerais e administrativas	21.581,21 D
		Despesas gerais	21.581,21 D
		Publicações	19.100,56 D
		Serviços advocatícios	2.354,65 D
		<b>Resultado líquido</b>	<b>21.698,16 D</b>
		<b>A Diretoria</b>	<b>Leonardo Fonseca de Campos – Contador CRC 1SP 303.190/O-9</b>

DÓLAR  
compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$  
5,0367 / R\$ 5,0373 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 5,0200 / R\$ 5,0220 \*  
Turismo - R\$ 5,0200 /  
R\$ 5,1830

(\*) cotação média do mercado  
(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado  
no dia: -0,96%

OURO BM&F  
R\$ 286,000

BOLSAS  
B3 (Ibovespa)  
Variação: 0,67%  
Pontos: 129.264  
Volume financeiro:  
R\$ 26,656 bilhões

Maiores altas: Pão de Açúcar ON (7,88%),  
Cognat Educação ON (5,03%),  
CVC Brasil ON (4,91%)  
Maiores baixas: Inter-médica ON (-2,32%),  
EDP Brasil ON (-1,93%),  
Carrefour ON (-1,91%)

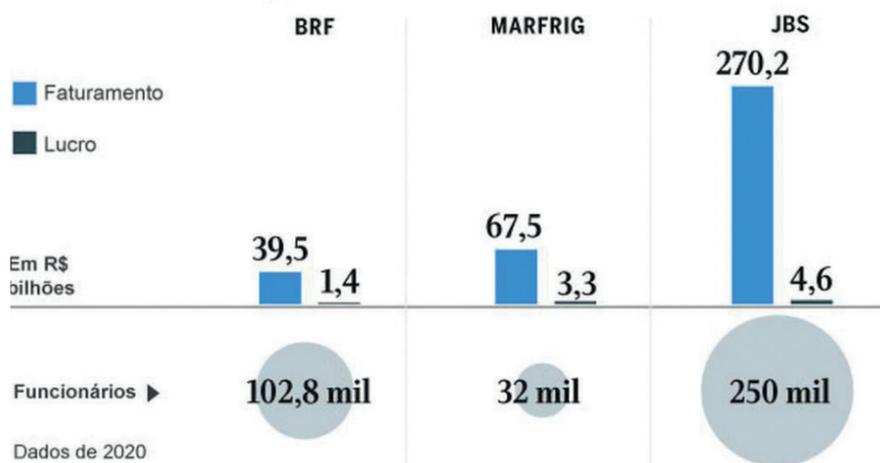
S&P 500 (Nova York):  
1,40%  
Dow Jones (Nova York):  
1,76%  
Nasdaq (Nova York):  
0,79%  
CAC 40 (Paris): 0,51%  
Dax 30 (Frankfurt):  
1,00%  
Financial 100 (Londres):  
0,64%  
Nikkei 225 (Tóquio):  
-3,29%

Hang Seng (Hong Kong):  
-1,08%  
Shanghai Composite (Xangai): 0,12%  
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,24%  
Merval (Buenos Aires):  
-1,96%  
IPC (México): -0,01%

## Negócios

### Em um mês, Marfrig conquista dona de Sadia e Perdigão, e JBS sinaliza criar uma 'Seara' no exterior

#### Os números do segmento



O último mês foi intenso no setor de proteína animal: a Marfrig, partindo do zero, se tornou a principal acionista da BRF, com 31,66% do total da empresa que detém as marcas Sadia e Perdigão. Ao mesmo tempo, segundo o colunista do GLOBO Lauro Jardim, a JBS estudou realizar oferta pela BRF, frente que não foi desmentida oficialmente pela gigante de carne bovina.

Porém, na última semana, as famílias Furlan e Fontana, fundadoras das marcas que geraram a BRF, indicaram em carta ao conselho que viam com bons olhos a associação com a Marfrig, afastando boatos de que a empresa estava desconfortável com a atitude agressiva e inesperada do

controlador Marcos Molina.

E, para terminar, a JBS realizou novas aquisições pelo mundo que indicam o caminho da empresa: criar uma espécie de "Seara", sua marca de aves e suínos, no exterior — com foco especial na Europa

— Há uma consolidação em um setor que ainda é muito pulverizado no Brasil e no mundo, em um momento de oportunidade e que permitirá uma grande sinergia — afirmou Marcos Jank, professor de Agronegócio do Insper, que cita a alta cotação da proteína animal e o dólar valorizado como incentivos aos negócios. Na última semana, O GLOBO conversou com pessoas ligadas às três empresas e fontes do mercado, que indicaram que a compra de parte

da BRF pela Marfrig, feita de forma silenciosa e rápida por Molina, é o negócio que mais tende a afetar o mercado.

Isso se refletiu nos papéis da BRF, que se valorizaram 31,47% nos últimos 30 dias, muito acima do Ibovespa no período, com alta de 4,7%.

A BRF já era a maior cliente da Marfrig, pois compra da nova sócia carne para hambúrgueres e almôndegas, além de proteína vegetal. Da mesma forma, vende cortes da Marfrig nas lojas Mercado Sadia.

Porém, a sinergia entre as marcas deve ir muito além: a BRF tem produtos que são uma boa transição para quem quer parar de comer carne, seja pelo avanço da pauta vegana ou pela pegada de carbono bovina.

### Buser está mais próxima de entrar para bolsa de valores americana

A Nasdaq, bolsa de valores norte-americana especializada em listar empresas de tecnologia, demonstrou estar de olhos ligados na Buser, diz a companhia.

Na última semana, a plataforma brasileira de intermediação de viagens rodoviárias anunciou uma rodada de investimentos série C no valor de R\$ 700 milhões.

Esse tipo de negociação é voltada justamente a startups cujo objetivo é atingir a expansão internacional e antecede a abertura de IPO (oferta pública inicial de ações).

Embora a Buser ainda não tenha operações na bolsa, a imagem da empresa foi estampada nesta semana na fachada luminosa do Condé Nast Building, sede da Nasdaq na Times Square, em Nova Iorque.

Com a nova captação, a empresa mostra vigor ao anunciar um plano de investimento de R\$ 1 bilhão no país para os próximos dois anos, focando na diversificação dos serviços e apostando no reaquecimento pós-pandemia.

A expectativa é crescer 10 vezes até o final de 2022, diz a empresa.

Fundada em 2017 pelos mineiros Marcelo Abritta e Marcelo Vasconcellos, a Buser se desenvolveu rapidamente com o fretamento colaborativo, modalidade na qual os passageiros dividem a conta final do frete.

Isso permite que as viagens sejam até 60% mais baratas que as realizadas pelas antigas viações. Prestes a completar quatro anos de operação, a empresa já conta com quase 4 milhões de clientes em sua plataforma. Veja



### Latam diz que será difícil recuperar preços de passagens no pós-pandemia



A vida para as empresas de aviação não promete ser tão mais fácil com a tão esperada (também para os passageiros) normalização das viagens num cenário pós-pandemia. Há, é fato, uma expectativa de que as pessoas estarão ansiosas por fazer viagens e tirar parte do atraso do período que precisaram ficar mais resguardadas. "Existe uma grande demanda reprimida, vai ter muita gente querendo viajar", diz o presidente da Latam Brasil, Jerome Cadier. Mas o executivo também pondera sobre a condição financeira de boa parte da população e que o dólar ainda num patamar alto pode dificultar a recuperação.

Existem alguns desafios

adicionais para as operadoras recomponem os preços e recuperarem margens de lucro na venda de seus assentos, alerta Cadier. Uma forma de as empresas identificarem se os passageiros estão viajando a trabalho ou a lazer é se o cliente vai passar o fim de semana no destino. As maiores promoções costumam ser feitas para os turistas, mais sensíveis a preço do que os clientes corporativos, que têm menos opções para escolher datas quando viajam para uma reunião ou congresso.

Mas, com o trabalho remoto ganhando força desde o início da pandemia, será cada vez mais comum que essas linhas entre lazer e trabalho sejam borradas. "Haverá mais casos de pessoas que viaja-

rão, inclusive levando a família, para trabalhar remotamente", diz Cadier. Tudo isso deverá dificultar identificar o perfil dos passageiros e saber quando aplicar promoções ou o preço cheio. "Será uma mudança profunda. Não vamos poder praticar os mesmos níveis de preços e teremos de repensar a malha aérea", afirma. Dessa forma, as empresas competirão por preço pelos passageiros de diversos perfis. Para os clientes, pode ser bom, mas não para os caixas das operadoras aéreas.

Com uma dívida estimada em 13 bilhões de reais para a sua operação brasileira, o grupo chileno iniciou um processo de recuperação judicial em Nova York há dez meses. Veja